



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0000344-44.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
Requerente: **EURICO OTOLORA GREGIO ME**
Requerido: **TELEFONICA BRASIL S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que a autora alegou que solicitou à ré a portabilidade de linha telefônica que mantinha junto à NET, com a condição de que o seu número fosse conservado porque ele era de conhecimento de sua clientela.

Alegou ainda que a ré não efetuou essa portabilidade, além de gerar-lhe linha com outro número, sendo sua linha de origem restabelecida somente após cerca de dez dias.

A portabilidade requerida pela autora é incontroversa, a exemplo de sua condição de pessoa jurídica ligada ao ramo de padaria.

De igual modo, restou patenteado que a ré passou a disponibilizar duas linhas telefônicas à autora, não havendo explicação plausível para tanto.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

O objetivo da autora em conservar o número de sua linha, quando do pedido da portabilidade à ré, compreende-se porque era por meio dele que sua clientela estabelecia contato, revelando as regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95) a relevância que isso assume especialmente em atividades como a desenvolvida pela autora.

A possibilidade dessa manutenção não foi questionada, valendo notar que passado algum tempo a linha voltou a operar tal como anteriormente.

Dessa maneira, a ré não justificou por qual razão uma segunda linha foi gerada à autora, inexistindo fundamento para sua manutenção.

A rescisão do contrato a ela relativo é, portanto, de rigor, pouco importando que a autora se valeu da esfera judicial para atingir tal desiderato.

Não tendo a autora, ademais, dado causa a esse estado de coisas, não se lhe exige o pagamento de valores daí decorrentes.

Por fim, tomo como suficientemente comprovada a circunstância da autora ter permanecido sem acesso à sua linha telefônica por razoável espaço de tempo.

Comprovam-no os documentos de fls. 17 (dá conta de que a última ligação da autora enquanto sua linha permanecia com a NET foi em 07 de novembro de 2013) e 243 (indica que as ligações da linha já com a ré começaram em 17 de novembro), bem como as testemunhas Flávio Rogério Otolara e Wiviani de Cássia Rodrigues.

Estas em depoimentos coesos confirmaram o pedido de portabilidade feito pela autora à ré e o fato daquela ter ficado por dias sem qualquer comunicação com terceiros porque sua única linha ficou inoperante.

As testemunhas ainda esclareceram que a autora possui somente uma linha e que uma outra sequer chegou a ser utilizada por ela.

Assentadas essas premissas, resta saber se daí derivaram prejuízos à autora passíveis de ressarcimento.

Reputo que isso efetivamente sucedeu.

Novamente recorrendo às regras de experiência comum é possível confirmar que várias encomendas são feitas a padarias por meio de contato telefônico, de sorte que a privação dessa espécie de comunicação à evidência causa danos materiais porque elas ficam inviabilizadas.

Como se não bastasse, é natural que o panorama traçado tenha rendido ensejo a abalo na imagem da autora, o que configura danos morais indenizáveis.

O valor postulado pela autora é compatível com a extensão desse abalo e com as perdas materiais verificadas, não se entrevendo a partir dela qualquer propósito da autora em enriquecer-se em face da ré sem que tivesse motivo para tanto.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato relativo à linha nº (16) 3368-2081, bem como a inexigibilidade de débitos dela oriundos, e para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 3.941,23, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Torno definitiva a decisão de fl. 21.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 29 de dezembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**